

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 26/2022, em que é recorrente **Bernardino Manuel Soares**, e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Barlavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 11/2023

(Autos de Amparo 26/2022, Bernardino Manuel Soares v. TRB, Inadmissão por interposição intempestiva do recurso)

I. Relatório

1. O Senhor **Bernardino Manuel Soares** não se conformando com decisões proferidas no âmbito de processo-crime que conduziu ao Recurso Ordinário N. 61-21/22, e que determinaram a sua condenação a pena única de dezasseis anos de prisão – mais tarde, reduzida – e ao pagamento de valor pecuniário às vítimas por crimes de natureza sexual pede amparo a este Tribunal Constitucional, alegando, no essencial, que:

1.1. Do ponto de vista fáctico,

1.1.1. Tendo sido julgado e condenado à sanção criminal supramencionada pelo tribunal de primeira instância do Sal, interpôs recurso junto ao Tribunal da Relação de Barlavento, que, tendo considerando parcialmente procedentes alegações por si apresentadas, reduziu essa pena para oito anos de prisão;

1.1.2. Inconformado com a manutenção da condenação pediu ao seu advogado que recorresse para o STJ, mas este não o fez pela razão de o arguido não ter “poder financeiro”. Por isso, não entendendo o modo como a Justiça funciona, resolveu interpor “espontaneamente” um recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, através da Cadeia Regional da Ilha do Sal. Este, que seria um recurso de amparo, foi dirigido a esse Alto Tribunal judicial. Porém, o mesmo respondeu-lhe que esse meio de reação processual

deveria ser dirigido ao Tribunal Constitucional, o que o arguido terá feito, assim que recebeu a informação.

1.2. Alega que o Tribunal de primeira instância e o TRB violaram os seus direitos, nomeadamente, ao contraditório e à ampla defesa; à medida da pena não ultrapassar a medida da culpa, à aplicação de pena para fins de proteção de bens jurídicos essenciais à subsistência da comunidade social e à reintegração do agente na vida comunitária.

1.2.1. Isso porque considera injustas as determinações relativas aos autos nº 139/19-20 de existência de um “crime de recurso [a?] prostituição de menores”, na medida em que a ofendida, segundo disse, “contrariou com evidências em audiência de discussão e julgamento”, que a mãe dela também terá atestado que ele não ficava nem um minuto a sós com a sua filha, sendo que se algo se tivesse passado ela seguramente saberia, e que a própria ofendida lhe dissera que ela tinha tido relações sexuais com outra pessoa;

1.2.2. O próprio juiz confidenciou-lhe que as gravações do dia 18 estavam em más condições e que ele iria promover nova audiência com as “menores”;

1.2.3. O próprio exame a que a ofendida foi submetida mostrava lesões próprias de um defloramento antigo;

1.2.4. Não há prova de que ele tenha ‘praticado’ relação sexual com a ofendida, não se tendo encontrado vestígios dele através do exame ginecológico que provasse que nisso incorrera;

1.3. Considera que o *quantum* da pena é excessivo e desproporcional, sendo que não houve um crime continuado de recurso a prostituição de menores.

1.4. Acrescenta que ele seria o principal interessado no desfecho do processo porque qualquer decisão desfavorável o afeta diretamente.

1.5. Pede que “seja dado provimento” ao recurso, “devendo-se alterar a sentença no que tange [à] prática do crime de recurso a prostituição de menores, por não se ter preenchido os elementos do tipo”.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito por sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, ofereceu argumentação no sentido de que:

2.1. O recurso de amparo possui uma finalidade específica de proteção de direitos, liberdades e garantias, não podendo ser utilizado para outros efeitos que não reconduzam a essa ideia.

2.2. Apesar do recorrente manifestar a sua inconformação em relação a decisões tomadas ao longo da tramitação do processo-crime, não anexa aos autos ou sequer menciona que ato é que “pretende ver sindicado”, o que é imprescindível para se aferir “da existência ou não dos pressupostos de admissibilidade preconizados nos termos do artigo 3º e bem assim a tempestividade do recurso, (...)”. Assim sendo, não se conseguiria “divisar – porque o recorrente não indica – a entidade que praticou o ato, os factos que viol[aram] os seus direitos e garantias e quais os direitos violados” não sendo igualmente “possível descortinar quando é que foi proferida a decisão ou quando ocorreu a notificação”; “tão pouco se invocou no processo de forma expressa e formalmente a violação dos alegados direitos, liberdades e garantia[s] requerendo a sua reparação, sem, contudo, obter a reparação pretendida”;

2.3. Além disso, sendo pretensão do recorrente obter a alteração da sentença ou do acórdão porque considera que não se configuraram os elementos típicos de um determinado crime, o que conduziria à apreciação de “questões outras que nada têm a ver com a temática dos direitos, liberdades e garantias”, em contravenção com a natureza do amparo que é configurado estritamente para essa finalidade, não sendo este o caso;

2.4. O que o recorrente, no fundo pretende é que o Tribunal sindeique “questões atinentes à verificação ou não da prática de facto punível”;

2.5. Conclui, emitindo o entendimento de que “o recurso de amparo constitucional interposto não cumpre com os requisitos exigidos na Lei de Amparo, devendo ser liminarmente rejeitado, ao abrigo do disposto no artigo 16.º da mesma lei”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de janeiro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2;

Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita

ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que deve haver do ponto de vista da articulação da petição de amparo o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam e violações de um conjunto diversificado de direitos e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem

tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprindo ele próprio eventuais deficiências, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, o recorrente não apresentou a sua peça diretamente na secretaria do Tribunal Constitucional, mas estando ele privado da sua liberdade em estabelecimento prisional, considera-se que a via encontrada de o protocolar junto à Cadeia Regional é idónea para quem peticiona em amparo sem estar representado por advogado, não devendo, pelos motivos relacionados à informalidade do mecanismo, partir-se de um entendimento estrito e inflexível da norma legal nesta fase. Fê-lo indicando que se trata de “requerimento de amparo”, expressão que fez constar da primeira folha do seu articulado, o que é suficiente.

É verdade que, além disso, a peça se afasta da forma prevista pela lei no concernente à inclusão de um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Porém, sendo inteligível a exposição dos factos e podendo-se reconstruir as questões de direito subjacentes não seria por essa razão que o amparo não poderia ser admitido ou que se determinaria o seu aperfeiçoamento.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital do amparo. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de

parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.3.6. Vem esta observação a propósito da constatação evidente de que se está perante uma petição manuscrita não assinada por mandatário, ou seja, sem patrocínio judiciário, o que, conforme já havia sido decidido por este Tribunal, através do *Acórdão n.º 18/2019, de 11 de abril, Paulo Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, p. 835-838, 3, não constitui um problema, posto que nos termos da lei não é obrigatória a constituição de advogado, embora seja altamente recomendável que assim se proceda para que possa contar com uma representação especializada, sobretudo se for garantida por advogado experimentado em questões constitucionais. Nomeadamente porque, apesar de o processo de amparo se basear no princípio da informalidade, a identificação da tríade composta por conduta atribuível a poder público/direito violado/remédio constitucional, já mencionada, pode ser extremamente complexa em vários processos, sendo, ademais, de difícil apreensão e retenção por olhares não profissionais o acervo jurisprudencial que, na maior parte dos casos, determina as decisões de admissibilidade desta Corte.

2.4. Apresentadas estas razões, pode-se, no limite, considerar que o Tribunal – considerando que a peça vem assinada pelo próprio recorrente e podendo os juízes-conselheiros oferecer algum suprimento limitado – está na posse dos elementos mínimos destinados a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque diz que:

3.1. As condutas que pretende impugnar seriam:

3.1.1. Uma omissão de interposição de recurso que atribui ao seu mandatário em razão da ausência de “poder financeiro” do recorrente;

3.1.2. Atos do tribunal de primeira instância do Sal e do TRB no sentido de se ter, respetivamente, procedido a uma apreciação incorreta da prova produzida, não se tendo dado a devida atenção aos exames periciais, a certos testemunhos;

3.1.3. E de lhe ter aplicado uma pena excessiva e desproporcional considerando que não terá havido um “crime continuado” de “prostituição de menores”.

3.2. Os direitos de sua titularidade que julga terem sido violados, corresponderiam:

3.2.1. Às garantias ao contraditório e ampla defesa; e

3.2.2. Ao direito de a que “a pena não ultrapasse a medida da culpa e seja proporcional”.

3.3. Decorrendo pedido de amparo de alteração da sentença quanto ao crime de ‘recurso a prostituição de menores’

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se roga titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pelas condutas impugnadas, encontrando-se privada da sua liberdade em estabelecimento penitenciário, possui legitimidade processual ativa. O mesmo já não é tão líquido do ponto de vista da legitimidade passiva, dependendo da entidade que o recorrente pretender imputar as condutas lesivas dos direitos na qualidade

de entidade produtora do ato ou de omissão alegadamente vulneradora de posições jurídicas de titularidade do recorrente (v. *Acórdão nº 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.2.1. Porque se, em abstrato, é possível atribuí-las aos tribunais judiciais que alegadamente intervieram no processo-crime do qual era arguido,

4.2.2. Se o seu objetivo é dirigir reparo ao seu advogado a quem incumbiu de recorrer e este não o fez, esta é uma via manifestamente inidónea, posto que tanto a Constituição da República, como a Lei de Processo Constitucional são cristalinas neste particular ao mencionarem, respetivamente, “os atos e omissões dos poderes públicos” e à “prática ou omissão de atos ou de factos (...) praticados por qualquer órgão dos poderes públicos do Estado, das autarquias locais e dos demais entes públicos de carácter territorial ou institucional, bem como os seus pelos seus titulares, funcionários ou agentes (...)”, não parecendo abarcar o advogado, que, apesar de ser um servidor da Justiça e do Direito e colaborador indispensável da administração da Justiça nos termos do artigo 229, parágrafo primeiro, da Lei Fundamental, não é um poder público, um órgão do Estado ou seu titular, agente ou funcionário, nem tampouco entidade que, de alguma forma, atue munido dos poderes soberanos subjacentes àquele conceito.

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. Pela narração dos factos depreende-se que o recorrente pretendia interpor recurso da decisão do Tribunal da Relação de Barlavento para o Supremo Tribunal de Justiça, por não se ter conformado com o Acórdão 105/2021/2022, de 10 de janeiro. Porém, ainda que tenha exercido o seu direito ao recurso e ao duplo grau de jurisdição com o recurso interposto para o Tribunal da Relação, esse seu intento não se concretizou porque, tal como afirma na sua petição, o advogado que tinha constituído não intentou recurso para o Supremo Tribunal de Justiça devido à sua condição financeira. Ora, sendo

obrigatória a assistência por defensor nos recursos para o Supremo Tribunal de Justiça (art.º 91.º n.º 1 al. d) do CPP), nos termos do artigo 88.º n.º 1 do CPP, poderia ter-lhe sido nomeado defensor oficioso, desde que tivesse informado à autoridade judiciária competente que havia dado por findo o mandato concedido ao seu advogado, por falta de condições financeiras.

4.3.2. Segundo o que consta na sua petição, inicialmente, terá enviado o seu requerimento de recurso de amparo, onde alega ter havido violação, por parte do Tribunal de 1.ª instância, assim como pelo Tribunal da Relação, do direito ao contraditório e à ampla defesa, para o Supremo Tribunal de Justiça. Só depois de ter sido informado por aquele Tribunal que o pedido de amparo deveria ser endereçado ao Tribunal Constitucional, é que veio a remetê-lo para esta Corte, a 13 de julho de 2022, conforme se pode confirmar pelo carimbo apostado no envelope que se encontra a fls. 5 dos autos do presente recurso de amparo. Uma das razões pelas quais este Tribunal julga ser recomendável que a interposição do recurso de amparo deve ser feita por Advogado, é precisamente porque, não obstante poder ser requerido em simples petição, ter caráter urgente e o seu processamento dever basear-se no princípio da sumariedade, implica a correta interpretação dos artigos da Lei do processo, onde se encontram um conjunto de pressupostos de admissibilidade consagrados na Lei do Amparo, que a não se verificarem podem resultar na inadmissibilidade do recurso.

4.3.3. Contudo, compulsados os autos, não foi possível encontrar qualquer documento ou algo que pudesse confirmar o envio da petição do recorrente para o Supremo Tribunal de Justiça. Podendo-se pelas circunstâncias do recorrente reter para efeitos de determinado do *dies a quo* do prazo, a data em que protocolou a sua peça junto à secretaria da Direção da Cadeia Regional do Sal, tendo isso ocorrido no dia 7 de julho de 2022. Considerando que a decisão impugnada foi prolatada no dia 10 de janeiro de mesmo ano e foi notificada no mesmo dia ao recorrente e no dia seguinte ao seu mandatário, teria até ao dia 9 de fevereiro para protocolar o seu recurso de amparo. Não se dando por provada a tentativa anterior de colocação de amparo que alega, no momento em que submeteu este recurso de amparo ao Tribunal Constitucional, através da Cadeia Regional do Sal – isto é, a 7 de julho de 2022 –, já havia sido ultrapassado há muito tempo o prazo de 20 dias para a interposição do recurso (artigo 5.º da Lei do Amparo).

4.3.4. Nestes termos, considera-se intempestivo o recurso de amparo interposto pelo recorrente, atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o preceituado no n.º 2 do artigo 137 do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

4.3.5. A prática deste Tribunal tem considerado que a ausência de um pressuposto insuprível como a tempestividade da colocação do recurso ou qualquer outro é determinante para a sua não admissão. Termos em que, sem que seja necessário verificar a presença dos demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque não foi apresentado no prazo legal, em violação ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 15 de fevereiro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 15 de fevereiro de 2023

O Secretário,

João Borges